



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639301 - BA (2021/0006624-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CIRO SILVA DE SOUSA E OUTROS
ADVOGADOS : DEUSDEDITE GOMES ARAÚJO - BA019982
CIRO SILVA DE SOUSA - BA037965
RAFAEL LINO DE SOUSA - BA032437
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : EDIVAN CONSTANTINO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDIVAN CONSTANTINO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8028067-23.2020.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que: a) há excesso de prazo na formação da culpa; b) ausentes os requisitos da prisão preventiva.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão ante a existência de decisão fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente